

11 de novembro de 2016

- **VISIONA – Lança Constelação de Satélites**
- **Iniciada segunda fase de ensaios do motor L75**
- **Política industrial brasileira é condenada na OMC***
- **Programa COSMO-SkyMed terá € 77 milhões para conclusão***

VISIONA – Lança Constelação de Satélites

Por Nelson Düring

A VISIONA uma empresa conjunta entre a EMBRAER Defesa & Segurança e TELEBRAS iniciou o desenvolvimento de uma nova atividade na área de serviços.

Prestes a receber o Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), que deverá ser lançado ao espaço no primeiro semestre de 2017 a VISIONA apresenta a “Constelação” Visiona.

Integrando um pacote de serviços que integra satélites de cinco fornecedores: AIRBUS DEFENSE & SPACE, DIGITAL GLOBE, RESTEC, SIIS e URTHECAST.

A constelação Visiona é composta por 23 satélites com sensores ópticos e 4 com sensores radar com resoluções de 0,3m a 95m, oferecendo produtos integrados de Sensoriamento Remoto com alta revisita, capacidade de geração de imagens e o maior acervo de imagens de alta resolução do país.

DefesaNet entrevistou João Paulo R. Campos, Diretor de Contratos e Desenvolvimento de Negócios da Visiona Tecnologia Espacial.

DefesaNet – Quais os objetivos da “Constelação” VISIONA?

João Paulo – Visiona: Com a “Constelação” ampliamos os nossos clientes falando, não só com o Ministério da Defesa, mas também: Ministério da Agricultura, Ministério do Meio Ambiente e outros grandes clientes privados e estatais. Esses não estão preocupados com o satélite em si, mas com o seus produtos finais. Também começamos a ver outras implicações como a qualificação para levar os dados do satélite brasileiros para o exterior, junto com o PESE (Programa Estratégico de Sistemas Espaciais), da Força Aérea Brasileira, para o mercado militar ou civil.

Fechamos parcerias para ter um grupo consolidado e qualificado mantendo a independência a fim de atender melhor nossos clientes: o mercado brasileiro. Sempre buscando a melhor solução para satisfazer o cliente. Fizemos acordos com 5 operadores de forma mais ampla: AIRBUS DEFENSE & SPACE, DIGITAL GLOBE, RESTEC, SIIS e URTHECAST. Hoje temos 27 satélites (23 com sensores ópticos e 4 com sensores radar), incluindo o da Estação Espacial, que englobam o que se pode imaginar de necessidades de imagens espaciais.

DefesaNet – Inclui a área militar?

João Paulo – Visiona: Em particular, para as questões de defesa, temos todos os satélites de altíssima resolução disponíveis no mercado comercial.

DefesaNet: A VISIONA forneceu imagens para as ações de Defesa e Segurança das Olimpíadas?

João Paulo – Visiona: Conseguimos organizar, num prazo curtíssimo, para as Forças Armadas, 11 satélites com resoluções de 30cm e outras maiores. Eles forneceram imagens que fizeram parte do planejamento, das missões e receber os dados, em tempo “quase real”, durante os jogos.

Também colocamos a disposição deles uma ferramenta de imagens com serviço, que deu acesso ao catálogo de uma das operadoras, em que só no ano passado tinha mais de 15 milhões de quilômetros quadrados. Em 3 semanas, nós fornecemos o mesmo número de imagens, que outro sistema, o qual estava em uso pelos militares. Isso mostra a nossa capacidade de integrar sistemas e fazer algo diferenciado.

DefesaNet: Essas ferramentas são das empresas que operam com vocês ou são feitas pela VISIONA?

João Paulo – Visiona: Essas eram das operadoras. Neste acordo de cooperação, os militares brasileiros realizaram o planejamento da coleta de imagens, determinaram as áreas que seriam monitoradas, definiram os parâmetros de programação mais adequados e realizaram estudos de viabilidade da coleta nos softwares das operadoras.

O monitoramento através da constelação virtual foi capaz de fiscalizar todo o território brasileiro e suas fronteiras marítimas e terrestres utilizando os satélites ópticos SPOT 6 e 7, Deimos-2, Pléiades 1 e 2, GeoEye-1, WorldView 1, 2 e 3 e os satélites radar TerraSAR-X e TanDEM-X com o principal objetivo de assegurar a integridade e segurança das comissões técnicas, atletas, turistas e chefes de Estados.

A interação e operação foi realizada por militares do NUCOPE-P (Centro de Operações Espaciais) onde, após a coleta, as imagens eram compartilhadas com a DIVINT (Divisão de inteligência), -responsável por toda análise e processamento das imagens.

A Visiona forneceu ainda para o projeto piloto, a licença de software de monitoramento e inteligência de alto desempenho com capacidade de integrar fontes de informações distintas, considerando as dimensões espacial e temporal, suporte, treinamento e capacitação assistidos.

Defesanet: Na Olimpíada, vocês tinham uma área delimitada, o Rio de Janeiro, mas transportando isso para o Brasil?

João Paulo – Visiona: O piloto estava captando imagens do Brasil inteiro. Não tivemos acesso aos dados coletados, pois as operações eram confidenciais. Mas a ferramenta é uma grande base de dados, em que todos os satélites captam as imagens. As que não estão sendo utilizados no momento vão para o arquivo e acervo.

DefesaNet: Na questão dos satélites, cada fornecedor tem suas especificações e custo. Como vocês administram os custos de cada sistema?

João Paulo – Visiona: Isso é uma característica única nesse setor. Porque o custo para produzir uma imagem adicional é baixo. O que é caro é colocar o satélite em órbita. Uma vez que o satélite está em órbita, o custo da imagem é para amortizar o projeto. Isso faz com que a definição do custo seja uma questão puramente comercial. Vai muito da expectativa dos operadores e do volume de negócio que será gerado conosco.

O mercado trabalha de forma que as operadoras definem um preço campanha a campanha. Qualquer negócio médio ou grande vai ter que sentar com o seu parceiro e negociar o preço. Como estamos associados com os grupos EMBRAER e TELEBRAS conseguimos fechar acordos muito além do que está ao alcance do distribuidor normal.

Defesanet: Pensando nisso, vocês planejam fazer algo desse tipo (monitoramento em tempo real)?

João Paulo – Visiona: Participamos de licitação e projetos dessa natureza ou semelhante. Nós podemos tanto representar operadoras individuais ou podemos oferecer a capacidade combinada. Isso depende da necessidade de cada cliente. Entregamos imagens em tempo curto, como 3 horas, para certos monitoramentos.

Um satélite sozinho passa no mesmo ponto da terra a cada 3 ou 4 dias. Quando você tem uma constelação de 27 sensores (satélites), você consegue chegar ao ponto desejado com bastante facilidade e com variadas resoluções. Conseguimos responder em 3 horas, mas precisamos estar com o satélite numa trajetória favorável para conseguir fazer o planejado. Mesmo Forças Aéreas com capacidades superiores às nossas, tendem a fechar acordos com outros operadores de outros países, para poder aumentar e multiplicar suas capacidades.

Junto a isso, tem uma dimensão estratégica que estamos propondo junto a nossa constelação que consiste em ser integradora do satélite do PESE. Quando tivermos acesso a esses satélites complementaríamos nossa constelação de satélites. Além disso, poderemos usar esses parceiros para exportar nosso produto. É um multiplicador de forças colossal.

Eu vejo isso com um entusiasmo enorme. A possibilidade das Forças Armadas investir num satélite métrico ou num satélite de meio metro, como é o caso do TerraSAR-X. E através de um acordo desses tem acesso a 20 satélites diferentes, com 30 cm de resolução, com capacidade de detecção infravermelho, ou outras ferramentas. Não só as Forças Armadas, como outros podem usar: polícias, agências de segurança, defesa civil, etc. As implicações são enormes.

Essa questão das compras das imagens deve ser visto com olhar estratégico, pois são ferramentas que se somam.

A solução para o espaço no Brasil tem que ser colaborativa. O país não pode ficar desperdiçando recursos. Os satélites que o Brasil vier a fazer para a Força Aérea tem que servir para toda a esplanada, mercado nacional e exportação. A intenção é maximizar o uso.

O serviço oferecido hoje pela constelação tem como característica a precisão, a velocidade, a resolução, bandas e com preços competitivos.

Fonte: Defesanet

Data da publicação: 10 de novembro

Link: <http://www.defesanet.com.br/space/noticia/24040/VISIONA-%E2%80%93-Lanca-Constelacao-de-Satelites/>

Iniciada segunda fase de ensaios do motor L75

Por Ivan Plavetz

Foi iniciada com sucesso a segunda fase da campanha de ensaios da câmara de empuxo capacitiva do motor L75 no banco de ensaios P8 do Instituto de Propulsão Espacial do DLR em Lampoldshausen, Alemanha.

Para esta fase estão previstos seis dias de ensaio com o objetivo de verificar parâmetros de desempenho de combustão, medidas de temperatura de parede e possíveis

instabilidades de combustão em condições de operação no regime permanente dentro do envelope operacional do motor L75.

As reuniões de trabalho contaram com a participação do chefe do Departamento de Sistemas Lançadores do DLR, Claus Lippert, do diretor do Instituto de Propulsão Espacial do DLR, Stefan Schlechtriem, do gerente de Programas de Desenvolvimento Tecnológico da Airbus Safran Launchers, Jan Alting, do consultor Günter Langel, do diretor de Transporte Espacial e Licenciamento da Agência Espacial Brasileira (AEB), coronel Marco Antonio Vieira de Rezende, do diretor do Instituto de Aeronáutica e Espaço, brigadeiro Augusto Luiz de Castro Otero e integrantes das equipes de desenvolvimento conjunto do motor L75 do IAE, DLR e Airbus.

O projeto do motor L75 visa o desenvolvimento de um modelo de engenharia correspondente a um motor-foguete alimentado por propelente líquido que utiliza oxigênio líquido e querosene, que será capaz de gerar 75 kN de empuxo no vácuo.

Originalmente, a meta estabelecida no âmbito do programa de desenvolvimento do L75 é a substituição do terceiro e quarto estágios do Veículo Lançador de Satélites 1 (VLS-1), dando origem ao VLS-Alfa.

Fonte: Tecnodefesa

Data da publicação: 08 de novembro

Link: <http://tecnodefesa.com.br/iniciada-segunda-fase-de-ensaio-do-motor-l75/>

Política industrial brasileira é condenada na OMC*

GENEBRA - A Organização Mundial do Comércio (OMC) condena a política industrial brasileira e exige que políticas de incentivos fiscais e redução de IPI adotados ainda pelo

governo de Dilma Rousseff sejam abandonadas, pelo menos da forma que são aplicadas. O governo brasileiro poderá recorrer da decisão. Mas a decisão é um dos maiores golpes já sofridos pelo Brasil no organismo internacional.

Num informe ainda confidencial de 400 páginas, os juízes da entidade atenderam ao pedido do Japão e da UE, que alegavam que a política de incentivos fiscais aos setores de telecomunicações, automóveis e tecnologia é ilegal e afeta empresas estrangeiras de forma "injusta". O principal foco é o Inovar Auto, mecanismo que garantiu uma redução de impostos para o setor automotivo com fábricas instaladas no País.

O estabelecimento do processo ainda contou com a participação de EUA, Argentina, Austrália, China, Indonésia, Rússia e Coreia, todos na condição de observadores. Por meses, os juízes da OMC foram obrigados a avaliar as leis nacionais.

O Estado apurou que a entidade indicou que dar incentivos fiscais, por si mesmo, não seria uma violação das regras. Mas a forma utilizada pelo Brasil representou uma ilegalidade. Isso por conta das exigências que o governo fez para beneficiar as empresas com taxas menores.

Uma das exigências é de que montadoras produzissem localmente. Para os juízes, o critério representa uma espécie de subsídio disfarçado e que, portanto, seria ilegal.

"O Brasil introduziu uma série de medidas para permite que as empresas domésticas reduzam suas obrigações para pagar impostos", indicou a delegação japonesa. "Ao lado de um sistema de impostos pesado e complexo, essas medidas tiveram sérios impactos no comércio e afetaram uma ampla série de produtos", denunciaram os japoneses.

Em setembro de 2011, o governo estabeleceu uma isenção de IPI para carros de montadoras que se comprometam a investir no País e comprem peças locais. Em 2012, o plano foi renovado por mais cinco anos, o que deixou os países ricos irritados. Incentivos fiscais também foram dados a computadores, smartphones e semicondutores.

Para Tóquio e Bruxelas, "as medidas de forma injustificada protegem as indústrias domésticas, desorienta investimentos e manipulam a balança comercial em detrimento de interesses legítimos" das empresas estrangeiras.

Um dos ataques é dirigido contra o INOVAR-Auto, considerado como ilegal pelo Japão e a UE ao reduzir o IPI para certos modelos produzidos com um determinado número de peças nacionais. Se condenado, o Brasil terá de modificar o programa e os incentivos dados a montadoras.

O ataque também visava os incentivos fiscais a exportadores que se beneficiam do Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras, ou "RECAP". O programa reduz o custo de produção a quem vai exportar. Para os japoneses, isso seria uma forma de subsídio.

O argumento é também de que o setor de informática e tecnologia é outro alvo de protecionismo no Brasil. Tóquio e Bruxelas questionam a Lei de Informática, o Programa de Inclusão Digital, o Programa de Incentivos ao Setor de Semicondutores, e o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para TV Digital.

Para o governo asiático, todos esses programas criam reservas de mercado e dificultam as importações.

No passado, Tóquio já havia atacado as exigências do edital de licitação da faixa de frequência de 2,5 GHz - destinada ao serviço de quarta geração da telefonia móvel (4G). A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) estipulou uma exigência de conteúdo nacional mínimo de 60% para quem quisesse participar de licitações, incluindo equipamentos e sistemas.

Durante a defesa, o Brasil garantiu que os "programas questionados pelo Japão fazem parte do esforço para promover um desenvolvimento econômico em linha com os objetivos e princípios da OMC". Segundo o Itamaraty, as medidas não tem qualquer "efeitos negativo nas importações". "Ao contrario, eles estabelecem um caminho para uma melhor e mais solida parceria com empresas estrangeiras".

O Brasil também deixou claro seu desagrado com a atitude do Japão, depois que o País adotou o modelo asiático para a TV digital, preterindo o lobby dos EUA e Europa.

Na avaliação do Itamaraty, uma condenação "limita a habilidade dos membros em promover desenvolvimento social e tecnológico e reduziria seu espaço de política". Para

o Brasil, isso iria "contribuir ou congelar o status quo e seus desequilíbrios em desenvolvimento econômicos".

Na defesa, o Brasil apontou que os incentivos não estão ligados à origem brasileira dos produtos. Mas às metas de inovação e desenvolvimento sustentável. "As medidas foram adotadas para promover o desenvolvimento do Brasil, mas não ignorando as obrigações multilaterais ou as oportunidades comerciais de outros membros".

Fonte: Estadão

Data da publicação: 11 de novembro

Link: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,politica-industrial-brasileira-e-condenada-na-omc,10000087734>

Programa COSMO-SkyMed terá € 77 milhões para conclusão*

A Thales Alenia Space, uma joint venture entre a Thales e a Leonardo-Finmeccanica, assinou um contrato adicional no valor de € 77 milhões com a Agência Espacial Italiana (ASI) para a conclusão da segunda geração do programa COSMO-SkyMed. Composto por dois satélites de última geração, projetados como um sistema de "dupla utilização" (civil/militar), o programa visa atender necessidades científicas.

De acordo com a Thales Alenia Space, o desenvolvimento do sistema COSMO-SkyMed de segunda geração significa um salto em termos de tecnologia, desempenho e vida útil, resultando no fortalecimento da atuação italiana no setor de observação da Terra em nível global.

Do total do contrato, a Thales Alenia Space Itália receberá € 66 milhões, enquanto a filial de serviços espaciais Telespazio receberá € 11 milhões. A Thales Alenia Space Itália é

responsável pelo programa COSMO-SkyMed – Segunda Geração, incluindo a construção de dois satélites, enquanto a Telespazio é responsável pela engenharia e desenvolvimento do segmento terrestre, assim como pela prestação de serviços integrados de logística e operações. A Leonardo-Finmeccanica também contribui com o programa, fornecendo sensores de altitude e equipamentos de ponta que processarão e distribuirão toda a energia elétrica nos satélites.

Este contrato inicia a fase D2/E1 do programa, que envolve todas as operações necessárias para completar a construção do segundo satélite (FM-2), o lançamento dos dois satélites, e também a verificação e validação operacional de todo o sistema com os dois satélites já em órbita (primeira geração do programa). O lançamento do primeiro satélite da segunda geração está previsto para 2018, com o segundo programado para o ano seguinte.

Desde o lançamento em 2007, o programa COSMO-SkyMed tem sido uma ferramenta valiosa para a observação do planeta, afirma a joint venture. Com suas inovadoras capacidades operacionais, ele contribui para a monitoração contínua da superfície da Terra, para as necessidades ligadas à segurança e para a gestão de eventos naturais, como foi demonstrado recentemente pelas atividades de avaliação de danos e apoio às operações de salvamento após os terremotos que assolaram a região central da Itália.

Fonte: Tecnodefesa

Data da publicação: 10 de novembro

Link: <http://tecnodefesa.com.br/programa-cosmo-skymed-tera-%e2%80%8ee-77-milhoes-para-conclusao/>

* Não mencionado o autor no texto.